



DEFENSOR PÚBLICO
GERAL DO ESTADO
André Luís Machado de Castro

ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
Denis de Oliveira Praça

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
Rodrigo Baptista Pacheco

CHEFIA DE GABINETE

Julia Mendes Luz

CORREGEDORA GERAL

Eliane Maria Barreiros Aina

SUBCORREGEDORA GERAL

Maria Leonor Fragoso de Queiroz Carreira

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL

Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas

Cristina Santos Ferreira

Isabella Maria de Paula Borba

SECRETÁRIA-GERAL

Márcia Cristina Carvalho Fernandes

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL

Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas

ASSESSOR PARLAMENTAR

Francisco Messias Neto

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO

Marcia Cristina do Amaral Gomes

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO

Maria Matilde Alonso Ciorciari

Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo

DIRETORA-GERAL INTERINA DO CENTRO DE ESTUDOS

JURÍDICOS - CEJUR

Adriana Silva de Britto

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS

DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR

Adriana Silva de Britto

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA

Maria de Fátima Abreu Marques Dourado

OUIDOR GERAL

Pedro Daniel Strozenberg

SUBOUIDOR GERAL

Odin Bonifacio Machado

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO

Márcia Cristina Carvalho Fernandes

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O
CIDADÃO

Gabriela Varsano Cherem

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Daniella Capelleti Vitagliano

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR

Marcelo Leão Alves

COORDENADORA CÍVEL

Adriana Araujo João

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL

Emanuel Queiroz Rangel

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral 1

Atos da Defensoria Pública-Geral

ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
E DA CORREGEDORA-GERAL

***RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGE Nº 03**

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

**ESTABELECE REGRAS PARA A ATUAÇÃO DOS
DEFENSORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DA
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO JUDICIAIS.**

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO E A CORREGEDORA-GERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 8º, incisos I e XXIII, da Lei Complementar Estadual nº 06/77, na redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 95/2000,

CONSIDERANDO:

- que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma dos artigos 5º, inciso LXXIV, e 134, da Constituição da República;

- que compete ao Defensor Público Geral dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação;

- que a Defensoria Pública tem como objetivo a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, e como funções institucionais a orientação jurídica e o exercício da defesa dos necessitados, em todos os graus, bem como a promoção, prioritariamente, da solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

- a entrada em vigor da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Novo Código de Processo Civil, e da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Lei de Mediação;

- a necessidade de contribuir com subsídios para a revisão, adequação, atualização, ampliação, sistematização e o aprimoramento das práticas já adotadas pela Defensoria Pública, em conformidade com a nova legislação;

- a relevância e a necessidade de organizar, uniformizar e orientar a atuação dos Defensores Públicos nas mediações judiciais, adequando-os às orientações e às práticas da legislação;

- que os serviços de conciliação, mediação, práticas autocompositivas inominadas e outros métodos consensuais de solução de conflitos precisam ser planejados, sistematizados, efetivados e coordenados por parâmetros estritamente institucionais, definidos pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

- que § 9º do artigo 334 do NCPC é textual ao determinar que nas audiências de conciliação e mediação “as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos”, ao passo que a norma do artigo 94 responsabiliza a parte, o auxiliar da justiça, o órgão do MP ou da DP, ou o juiz, pelas despesas de atos adiados ou cuja repetição for necessária, se um desses personagens houver dado causa ao adiamento; e

- que a mediação tem por finalidade a facilitação do diálogo entre as partes, na busca da recuperação e preservação do vínculo e superação do conflito, por meio da construção de soluções pelos próprios interessados, sem a interferência de terceiros,

RESOLVE:

Art. 1º - A presença do Defensor Público na audiência, de que trata o artigo 334 do NCPC, fica a critério deste, nos casos em que a parte ré, ainda não representada pela Defensoria Pública, lhe procura em prazo inferior ao previsto no § 5º do mesmo dispositivo (10 dias antes da audiência).

Art. 2º - O Defensor Público Natural deverá ser pessoalmente intimado para comparecer à audiência de conciliação e/ou mediação, não podendo ser exigida a presença de Defensor Público na hipótese de tal ato ser designado fora do horário forense e sem antecedência mínima de 5 dias da audiência.

§1º - Na hipótese de a audiência prevista no artigo 334 do NCPC ser designada para o mesmo horário em que o Defensor Público Natural esteja intimado para uma audiência de instrução e julgamento, deverá o Defensor Público priorizar a realização da A.I.J., devendo comunicar ao juízo sua impossibilidade de comparecimento à audiência de mediação e/ou conciliação, e, se for o caso, solicitar a redesignação para outra data.

§ 2º - Na hipótese de designação da audiência prevista no artigo 334 do NCPC em horário diverso do horário de expediente forense, deverá o Defensor Público comunicar ao juízo se terá ou não possibilidade de comparecimento, e, se for o caso, solicitar sua redesignação para outra data, em que seja observado o horário de expediente forense.

Art. 3º - A presença do Defensor Público na primeira audiência de mediação é necessária até a aceitação da parte em submeter-se ao procedimento de mediação.

ANEXO ÚNICO

ATA DA AUDIÊNCIA/SESSÃO	Nº PROCESSO	VARA/COMARCA	ASSUNTO	OS AUTOS ESTAVAM DISPONÍVEIS NA AUDIÊNCIA?		A DEFENSORIA PÚBLICA FOI INTIMADA?		ONDE FOI REALIZADA A AUDIÊNCIA?		TIPO DE MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO		HOUE ACORDO?	
				SIM	NÃO	SIM	NÃO	VARA	CEJUSC	MEDIAÇÃO	CONCILIAÇÃO	SIM	NÃO

*Republicada por incorreção no original publicada no D.O. de 11.11.2016.

DE 18.11.2016

APOSENTA, por invalidez, a Defensora Pública **CLAUDIA ALVARIM BARROZO**, matrícula nº 821.250-8, do Quadro Permanente da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da CRFB, art. 100, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1977, c/c o art. 10, I, da Lei nº 5.260/2008.

Id: 1996658

DESPACHOS DO 1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL

DE 16.11.2016

PROC. Nº E-20/10.911/98 - MARCILIO ANDRE DA SILVA VIEIRA, Defensor Público, matrícula nº 836.325-1. **ANOTE-SE**, para fins de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de contribuição em atividades vinculadas ao INSS, no período de 10.03.1992 a 23.08.1994, no total de 897 dias, nos termos da Lei nº 530/82.

PROC. Nº E-20/001/2276/2016 - FRANCISMARA SEABRA FERREIRA AZEVEDO, Técnico Médio, Matrícula 3.091.649-8. **CONCEDO** 10%, 15% e 20% de triênios, correspondentes ao direito à percepção do 1º, 2º e 3º

triênios, respectivamente, calculados sobre o vencimento base, com validade a contar de 06.06.2016, de acordo com o disposto no art. 80 do Decreto nº 2479/79 e Lei nº 1258/87.

Id: 1996659

DE 16.11.2016

PROC. Nº E-20/10809/12 - NOELE PORTAL CALDAS, Defensor Público, Matrícula 896778-8. **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio, relativa ao período base de 08/12/2008 a 06.12.2013, nos termos do art. 120 da Lei Complementar nº 06/77.

PROC. Nº E-20/001/251/16 - MARCO ANTONIO BEZERRA DA SILVA, Técnico Médio de Defensoria, Matrícula 969545-3. **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio, relativa ao período base de 22.12.2010 a 20.12.2015, nos termos do art. 129, do Decreto nº 2479/79.

PROC. Nº E-20/001/2449/16 - MARIANA DE BRITO AZEVEDO, Técnico Médio de Defensoria, Matrícula 972942-7. **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio, relativa ao período base de 08/08/2016 a 05/08/2016, nos termos do art. 129, do Decreto nº 2479/79.

Id: 1996660

Id: 1996633





DEFENSOR PÚBLICO
GERAL DO ESTADO

André Luis Machado de Castro

ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
Denis de Oliveira Praça

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO
Rodrigo Baptista Pacheco

CHEFIA DE GABINETE
Paloma Araújo Lamego

CORREGEDORA GERAL
Eliane Maria Barreiros Aina

SUBCORREGEDOR GERAL
Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL
Cristina Santos Ferreira
Isabella Maria de Paula Borba
Simone Maria Soares Mendes

SECRETÁRIA-GERAL
Marcia Cristina Carvalho Fernandes

ASSESSOR PARLAMENTAR
Francisco Messias Neto

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO
Marcia Cristina do Amaral Gomes

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO
Eduardo Rodrigues de Castro
Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo

DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR
José Augusto Garcia de Sousa

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO
Adriana Silva de Brito

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA
Maria de Fátima Abreu Marques Dourado

OUVIDOR GERAL
Pedro Daniel Strozenberg

SUBOUVIDOR GERAL
Odin Bonifacio Machado

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO
Márcia Cristina Carvalho Fernandes

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O
CIDADÃO
Gabriela Varsano Cherem

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS
Daniella Capelletti Vitagliano

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR
Marcelo Leão Alves

COORDENADORA CÍVEL
Cintia Regina Guedes

SUBCOORDENADORA CÍVEL
Simone Haddad Lopes de Carvalho

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL
Emanuel Queiroz Rangel

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos.....	1

Atos da Defensoria Pública-Geral

ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
RESOLUÇÃO Nº 925 DE 26 DE MARÇO DE 2018

REGULAMENTA O ENVIO DE SOLICITAÇÕES À
COORDENAÇÃO DE MEDIAÇÃO POR MEIO DO
SISTEMA VERDE.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no
uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o desenvolvimento de sistema de informação apto a dar suporte à
atividade fim da Defensoria Pública;

- que a utilização deste sistema de informação facilita a comunicação e a
articulação entre os órgãos administrativos e de atuação da Defensoria
Pública, permite o armazenamento organizado das informações
produzidas ao longo da prestação do serviço tornando-as acessíveis,
viabiliza a geração de estatísticas essenciais ao planejamento e à
transparência institucional, gera economia ante o não dispêndio de
insumos próprios dos procedimentos físicos e automatiza rotinas
administrativas repetitivas ocasionando economia de tempo e de recursos
humanos; e

- que cabe à Coordenação de Mediação desenvolver e testar projeto piloto
de atuação para Defensoria Pública em práticas extrajudiciais de conflito, e
que para tal fim recebe encaminhamentos de outros órgãos de atuação da
Defensoria Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Os órgãos de atuação da Defensoria Pública que não possuem
serviço próprio de mediação e outros meios extrajudiciais de solução
consensual de conflitos poderão fazer o encaminhamento de casos para à
Coordenação de Mediação, devendo observar a voluntariedade das partes
em participar do procedimento e a inexistência de processo judicial em
curso que tenha como objeto o tema a ser tratado na mediação.

Art. 2º - Os casos encaminhados à Coordenação devem tratar,
preferencialmente, de conflitos decorrentes de relações continuadas,
notadamente, relativos às matérias de direito de família, sucessório e
vizinhança, sem prejuízos de outras matérias com a mesma
característica.

Art. 3º - Os encaminhamentos à coordenação de Mediação deverão ser
feitos através do Sistema Verde e observando o procedimento a seguir
descrito.

I - Criação ou complementação do prontuário da pessoa interessada,
registrando-se o representante legal quando for o caso, de modo que o
prontuário contenha os seguintes dados, caso disponíveis:

- Nome;
- Nome social;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Registro Geral (RG), órgão emissor e unidade da federação em que foi
emitido;
- Data de nascimento;
- Endereço, telefone fixo, telefone celular e e-mail.

II - Criação do caso no prontuário da pessoa interessada;

III - Cadastramento das demais pessoas a serem convidadas para o
procedimento de mediação como personagens do caso, com exceção do
representante legal já mencionado no prontuário da pessoa interessada,
criando-se ou complementando-se seus prontuários de modo que
tenham os dados enumerados nas alíneas do inciso I;

IV - Registro na tela do caso de andamento intitulado "Encaminhamento à
Coordenação de Mediação" ao qual deverão ser anexadas cópias
digitalizadas dos documentos apresentados pelo interessado que tenham
relação com a questão encaminhada à mediação;

V - Envio de mensagem eletrônica à Coordenação de Mediação, via
Sistema Verde, fazendo o encaminhamento, na qual deverá constar:

- A informação quanto à existência de processo judicial findo, envolvendo
a questão, com indicação do número do feito e cópia da sentença e outras
peças que sejam indispensáveis;
- A informação sobre a existência de qualquer medida judicial em
andamento envolvendo os interessados que possa produzir efeitos sobre o
caso a ser encaminhado para a mediação, com a indicação do número do
feito e cópias necessárias, **sendo indispensável a informação e cópia de
eventual medida protetiva, em caso de violência doméstica;**
- A informação sobre eventuais prazos prescricionais ou decadenciais a
serem observados;
- Breve resumo do caso onde devem constar, resumidamente, os fatos; a
anuência da parte ao procedimento de mediação; eventual impedimento
manifestado pela parte em realizar sessões conjuntas com as demais
pessoas envolvidas; breve resumo sobre as demais partes envolvidas, tais
como atividade laborativa, possibilidade de possuir advogado ou quaisquer
informações que possibilite a melhor abordagem para o convite à
mediação;
- Na hipótese de direito sucessório, as razões pela escolha do
procedimento de mediação e a eventual existência de prazo para abertura
de inventário;

Art. 4º - Recebidos os casos pela Coordenação, esta agendará o início do
procedimento de acordo com a disponibilidade de sua agenda e dos demais
órgãos da Defensoria Pública que possuam o serviço de mediação e meios
extrajudiciais de solução consensual de conflitos, devendo registrar os
contatos realizados, os atendimentos realizados, eventuais
encaminhamentos e a data e o horário das sessões agendadas na tela do
caso no Sistema Verde.

Art. 5º - A falta de dados qualificativos no prontuário da pessoa interessada,
dos personagens, a instrução deficiente da tela do caso e a ausência de
informações na mensagem eletrônica autorizarão a Coordenação a
devolver o caso ao órgão de origem, comunicando tal fato por mensagem
eletrônica ao órgão solicitante, devendo a Coordenação informar sobre a
possibilidade de novo encaminhamento após a sua complementação na
forma do art.3º.

Art. 6º - Quando, por qualquer razão, antes ou durante o procedimento a
mediação não se mostrar como meio mais adequado à solução do conflito
no caso concreto e persistir o interesse da parte na demanda judicial serão
encaminhados pela Coordenação ao órgão de origem através de
mensagem no Sistema Verde anexando-se à tela do caso o termo de
encerramento, documentações apresentadas após o encaminhamento e
breve relatório dos atendimentos jurídicos realizados.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

ANDRÉ LUIS MACHADO DE CASTRO
Defensor Público-Geral

Id: 2095186

DESPACHO DA SECRETÁRIA-GERAL DE 26/03/2018

À vista das informações contidas nos Processos do quadro abaixo, **RECONHEÇO A DÍVIDA**, no valor total de R\$ 18.204,69 (dezoito mil duzentos e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Processo nº	Nome	Assunto	Valor
E-20/001/2349/2018	Renata Antão Xavier de Góes	Auxílio-Saúde	2.700,00
E-20/001/727/2018	Isabel de Oliveira Schprejer	Auxílio-Saúde	2.700,00
E-20/001/710/2018	Verônica Santos Carvalho	Auxílio-Saúde	2.700,00
E-20/001/1101/2018	CIEE	Bolsa Auxílio de Estagiários	10.104,69
Total -----			18.204,69

Id: 2095136

Avisos, Editais e Termos de Contratos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - DPRJ torna pública a nova data da sessão de
abertura do Pregão Eletrônico DPRJ PE-049/17, referente à contratação de
empresa especializada na prestação de serviços de clipping, dia
15/03/2018, com abertura de propostas às 14:00 horas e início de disputa
às 14:05 horas, tendo em vista a inclusão do subitem 12.5.2 cujo inteiro teor
se encontra disponível no Portal Eletrônico www.defensoria.rj.def.br e
www.compras.rj.gov.br, ficando mantidas as demais condições e requisitos
previstos no instrumento convocatório.

Id: 2095150

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste
documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Quarta-feira, 28 de Março de 2018 às 02:54:40 -0300.

DE 23.03.2018

EXONERA, a pedido e com validade a contar de 02 de março de 2018, **EVELLYN PONTE DA SILVA MATA**, ID Funcional nº 50163710, do cargo de Secretário, símbolo DAL-4, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº E-20/001.0001866/2018.

EXONERA, com validade a contar de 07 de março de 2018, **ANDREA DA SILVA AMARO**, ID Funcional nº 42718864 do cargo de Diretor de Orçamento, Finanças e Suprimentos, símbolo DG, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº E-20/001.0001971/2018.

Id: 2095381

RETIFICAÇÃO
PARTE I - DPGE
D.O. DE 22.02.2018
PAGINA 01 - 3ª COLUNA

DESPACHOS DO 1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL
DE 08.02.2018

PROC Nº E-20/001/820/2016 - ANDREIA HELENA CONDE FALCAO RIBEIRO
Onde se lê: "... 22.08.2008 a 17.06.2009"
Leia-se: "...22.02.2008 a 17.06.2009, mantendo-se os demais termos.

Id: 2095380

DESPACHOS DO 1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DE 31/01/2018

PROCESSO Nº E-20/001.000524/2018 - Elisabete Silva de Brito. **DEFIRO**, na forma da Lei nº 4.595/2005.

DE 07/02/2018

PROCESSO Nº E-20/12.161/2007 - Anderson Marinovic.
PROCESSO Nº E-20/001.000589/2018 - Alessandra Bentes Teixeira Vivas.
PROCESSO Nº E-20/001.000563/2018 - Juliana de Albuquerque dos Anjos Vesselizza.
PROCESSO Nº E-20/001.000188/2018 - Geraldo Cavalcante de Albuquerque Júnior.
PROCESSO Nº E-20/001.000271/2018 - Lara Alondra Domingues da C.Graça.
PROCESSO Nº E-20/001.000616/2018 - Ana Rita Vieira Albuquerque. **DEFIRO**, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005

DE 08/02/2018

PROCESSO Nº E-20/10.532/1990 - Matusalem Lopes de Souza.
PROCESSO Nº E-20/10.419/2010 - Rita Marcia Mendes Franco.
PROCESSO Nº E-20/10.390/1995 - Maria do Socorro de Carvalho Cukier.
PROCESSO Nº E-20/10.088/2000 - Marcílio de Souza Couto Brito.
PROCESSO Nº E-20/10.437/2010 - Thiago Henrique da Cunha Basilio.
PROCESSO Nº E-20/10.302/1996 - Mônica Clara Monteiro Hermes. **DEFIRO**, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005

DE 19/02/2018

PROCESSO Nº E-20/11.122/1994 - Arnaldo Goldemberg.
PROCESSO Nº E-20/10.122/1996 - Jorge Luiz Rodrigues da Costa.
PROCESSO Nº E-20/10.523/2002 - Gizela Valle Sodré.
PROCESSO Nº E-20/12.168/2007 - Claudia Daltro Costa Matos.
PROCESSO Nº E-20/10.263/2010 - Renata Salles de Freitas Almeida.
PROCESSO Nº E-20/10.777/2005 - Ana Raquel Cardoso de Oliveira.
PROCESSO Nº E-20/10.665/2000 - Andrea Sena da Silveira.
PROCESSO Nº E-20/001.3073/2013 - Carlos de Rezende Rodrigues.
PROCESSO Nº E-20/10.846/1999 - Sergio Pereira Xavier.
PROCESSO Nº E-20/10.817/1995 - Juliana Bastos Lintz.
PROCESSO Nº E-20/10.790/2002 - Maria Carmen Ferreira Leite M. de Sá.
PROCESSO Nº E-20/10.262/201995 - Carla Maria Anuniação Ramos **DEFIRO**, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005

DE 26/02/2018

PROCESSO Nº E-20/10.861/1990 - Regina Maria da Fonseca P. Bittencourt.
PROCESSO Nº E-20/10.161/2010 - Felipe Bruno Cambraia.
PROCESSO Nº E-20/10.365/2012 - Eloina de Oliveira.
PROCESSO Nº E-20/11.910/2007 - Thiago Belotti de Oliveira.
PROCESSO Nº E-20/10.408/2012 - Francisco Jossiel Oliveira Bom.
PROCESSO Nº E-20/001.000207/2018 - Daniel Diamantaras de Figueiredo.
PROCESSO Nº E-20/001.001068/2018 - Marcelo Machado da Costa.
PROCESSO Nº E-20/001.000208/2018 - Valéria Kelnér. **DEFIRO**, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005

DE 01/03/2018

PROCESSO Nº E-20/10.761/2003 - Fabio Luiz Pereira da Silva. **DEFIRO**, na forma da Lei nº 4.595/2005.

DE 06/03/2018

PROCESSO Nº E-20/001.000186/2018 - Rogério Nunes de Oliveira.
PROCESSO Nº E-20/10.048/2001 - Marcus Garrido de Oliveira. **DEFIRO**, NA FORMA DA LEI Nº 4.595/2005

DE 12/03/2018

PROCESSO Nº E-20/10.042/2010 - Ana Paula Colombiano Jorge de Souza. **DEFIRO**, na forma da Lei nº 4.595/2005.

Id: 2095385